

Preâmbulo

Em cumprimento da política de boa governação interna, o CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA (CIP) apresenta o Relatório e Contas de 2014 acompanhado pelos Pareceres do Conselho Fiscal e do Auditor Independente, bem como um breve resumo das principais realizações levadas a cabo pela organização em 2014, de acordo com o Plano Anual, cujo referente é o Plano Estratégico (2014-2018). As principais actividades estão agrupadas em torno de quatro objectivos estratégicos, designadamente:

- **Incentivar a transparência e responsabilização na execução orçamental e contas públicas** através do Pilar de Monitoria E Rastreio Da Despesa Pública;
- **Incentivar a transparência e responsabilização na indústria extractiva e gestão de recursos naturais** através do Pilar do Indústria Extractiva e Recursos Naturais;
- **Incentivar a vitalidade das instituições de controlo e regulação** que são o viés do ideal democrático através do Pilar de Instituições de Controlo e Quadro Regulador.
- **Incentivar a transparência e responsabilização nas parcerias público-privadas** através do Pilar de Parcerias Público-Privadas.

Subjacente a todos estes objectivos estratégicos, está o jornalismo investigativo que, na verdade, é estruturante na identidade e actuação do CIP. Como ferramenta de trabalho, é transversal a todos os pilares da organização mas também se estrutura em forma de pilar com produtos próprios publicados através do *Newsletter @transparência*.

Adicionalmente, por ser um ano eleitoral, o plano de actividades de 2014 teve um objectivo adicional, o de **incentivar a transparência e boa**

governação eleitoral no processo eleitoral de 2014.

1. Incentivar a transparência e responsabilização na execução orçamental e contas públicas

Em 2014, no Pilar de Monitoria E Rastreio Da Despesa Pública introduziu-se a área de saúde no *portfólio* da organização como nova área de pesquisa e de advocacia. As principais realizações incluem:

- Rastreio da Despesa Pública em 25 distritos das províncias de Gaza, Manica, Zambézia, Nampula e Niassa, no contexto da coligação entre o CIP e os parceiros provinciais.
- Pesquisa sobre o Índice de Orçamento Aberto;
- Lançamento da plataforma sobre o Utente Repórter que identificou a ruptura constante de *stock* de medicamentos essenciais. Esta plataforma funciona através de registo de chamadas, SMS, *WhatsApp* dos utentes do Sistema Nacional de Saúde que reportam a falta de medicamentos e uma equipa do CIP faz o seguimento. Toda a informação está disponível *online*;
- Análise à Conta Geral do Estado de 2012 – Relatório produzido. Publicação prevista para Março de 2015;
- Publicação de Documentos de Advocacia sobre a Transparência Orçamental em Moçambique.

2. Incentivar a transparência e responsabilização na indústria extractiva e gestão de recursos naturais

As principais realizações em torno deste objectivo incluem:

- Análise do risco de inflação de custos pelas empresas extractivas;
- Análise da tributação das mais-valias;

- Análise da implementação da EITI em Moçambique e do 4º Relatório de EITI;
- Análise das leis de minas e petróleos e respectivas leis fiscais;
- Análise da Concessão do Projecto Logístico em Palma, Cabo Delgado;
- Análise do decreto-lei para a viabilização do projecto de gás natural da Bacia do Rovuma;
- Análise do investimento social local da Kenmare em Moma;
- Análise dos preços do gás natural (por publicar em 2015);
- Rastreio de 2,75% na província de Nampula;
- Acompanhamento da análise e aprovação das leis de Minas, Petróleos, leis fiscais para as actividades mineiras e operações petrolíferas, bem como autorização legislativa para produção de um decreto-lei sobre o projecto de LNG.

3. Incentivar a vitalidade das instituições de controlo e regulação

As principais realizações em torno deste objectivo incluem:

- Realização de um estudo exaustivo sobre o processo de *procurement* público em Moçambique e que apresentou as principais fragilidades das instituições de controlo e supervisão que intervêm no processo do *procurement* público em Moçambique, mais concretamente a Unidade Funcional de Supervisão e Aquisições do Estado (UFSA), o Tribunal Administrativo (TA), a Inspeção Geral de Finanças (IGF), as Unidades Gestoras e Executoras de Aquisições (UGEA) e a Central de Medicamentos e Artigos Médicos (CMAM);

- Análise do quadro legal e institucional das entidades de regulação;
- Participação no processo de elaboração do Plano de Implementação da Legislação Anticorrupção (PILAC).
- Monitoria das actividades da Comissão Central de Ética Pública (CCEP).
- 4. Incentivar a transparência e responsabilização nas parcerias público-privadas (PPPs)
- As principais realizações em torno deste objectivo incluem:
- Estudo da concessão da construção de sistema de metro Maputo-Matola;
- Estudo do sector de energia e a empresa pública Electricidade de Moçambique;
- Análise/exposição sobre a não publicação dos relatórios das PPP na Conta Geral do Estado.

Programa de Jornalismo Investigativo

O jornalismo investigativo é estruturante na identidade e actuação do CIP. Como ferramenta de trabalho, é transversal a todos os pilares da organização mas também se estrutura em forma de pilar com produtos próprios publicados através do *Newsletter @transparência*. Com efeito, as principais realizações, em 2014, na área do jornalismo investigativo incluem:

- Pesquisa sobre o fenómeno de venda de isenções aduaneiras pelos partidos;
- Pesquisa sobre a relação entre a corrupção e os acidentes de viação;
- Pesquisa sobre o flagrante abuso do poder e de fundos do Estado;
- Pesquisa sobre o financiamento do Partido Frelimo através da venda ilegal da madeira na Província da Zambézia.

5. Incentivar a transparência e boa governação eleitoral no processo eleitoral de 2014

Com o lema, 'Detectando, Expondo e Impedindo Fraudes Eleitorais', o CIP implementou um programa de cobertura eleitoral que teve duas componentes, nomeadamente a cobertura eleitoral jornalística e o enfoque numa abordagem de exposição e oposição à fraude eleitoral. Enquanto a primeira é uma acção do CIP, a segunda é uma iniciativa conjunta com outras organizações da sociedade civil, a saber: Parlamento Juvenil (PJ), Fórum das

Rádios Comunitárias de Moçambique (FORCOM), Liga Moçambicana dos Direitos Humanos (LDH) e Fórum Mulher. O CIP instalou um escritório específico para a cobertura das eleições.

O produto das acções desenvolvidas no âmbito da cobertura eleitoral jornalística é o Boletim do Processo Político Moçambicano. Estas acções incidiram sobre: (i) recenseamento eleitoral; (ii) campanha eleitoral; (iii) votação; (iv) apuramento distrital e geral.

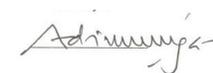
As principais acções da iniciativa de exposição e oposição à fraude

eleitoral – concebida e implementada como iniciativa conjunta com a FORCOM, LDH, PJ e Fórum Mulher – incluem:

- Estabelecimento da componente legal no escritório de eleições, com a disponibilização pela LDH de dois advogados permanentes;
- O estabelecimento da componente eleitoral orientada para a utilização rápida dos editais recolhidos pelos correspondentes e, sem ser contagem paralela, projetar os resultados

como mecanismo antifraude eleitoral;

- Apresentação de 4 processos à Procuradoria-Geral da República e 3 requerimentos à CNE sobre o uso de bens do Estado, violência eleitoral e irregularidades verificadas durante o dia da votação e apuramento distrital.



Adriano Nuvunga
(Director)

Mabeko, Centro de Integridade Pública (CIP)

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Ano findo a 31 de Dezembro de 2014

(Expresso em Dólares)

Receitas	Orçamento	Total realizado	Varição orçamental
Fundos recebidos			
SDC	553 896	553 896	-
Norway	750 000	750 000	-
Oxfam Novib (AGIR)	775 555	775 555	-
IBIS	245 793	245 793	-
Outras receitas			
Diferenças cambiais favoráveis	-	3 059	(3 059)
Outros	-	6	(6)
Total	2 325 244	2 328 309	(3 065)
Despesas			
Custos administrativos			
Material de escritório e consumíveis	14 648	15 600	106%
Despesas bancárias	6 000	5 631	94%
Renda do escritório	66 000	62 756	95%
Segurança do escritório	15 000	15 262	102%
Comunicações	20 889	21 046	101%
Água e electricidade	3 714	2 607	70%
Manutenção & reparação do Escritório	7 316	7 370	101%
Combustíveis, lubrificantes & manutenção & reparação de Viaturas	8 246	5 119	62%
Seguro de viaturas	3 721	3 721	100%
Subscrições	3 767	2 498	66%
Auditoria externa	11 000	10 000	91%
Salários & encargos	550 000	590 125	107%
Subsídio de comunicações	4 759	3 416	72%
Subsídio de combustível	9 414	9 226	98%

Serviços externos	7 500	7 450	99%
Transversal1: Desenvolvimento Institucional	100 000	99 329	99%
Equipamento	10 000	10 106	101%
	841 974	871 263	103%
Despesas com Programas	1 483 270	1 266 399	85%
Despesas e receitas públicas	350 000	254 742	73%
Indústria extractiva	250 000	254 818	102%
Parcerias públicas - privadas	105 222	113 647	108%
Instituições democráticas de controlo e quadro regulador	100 000	94 111	94%
Eleições	678 048	549 080	81%
Diferenças cambiais desfavoráveis	-	18 912	
Total	2 325 244	2 156 574	93%
Excesso de receitas/despesas		171 735	

Mabeko, Centro de Integridade Pública (CIP)

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Ano findo a 31 de Dezembro de 2014

(Expresso em Dólares)

	<i>Notas</i>	USD 31.12.14	USD 31.12.13
Saldo inicial		32 949	151 521
Excesso de Receitas/Despesas		171 735	(118 572)
Saldo final		204 684	32 949
<i>Representado por:</i>			
Bancos	3	210 072	54 215
Adiantamento concedidos	4	965	-
Credores	5	(6 353)	(21 266)
		204 684	32 949

Mabeko, Centro de Integridade Pública (CIP)

DEMONSTRAÇÃO DE RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS

Ano findo a 31 de Dezembro de 2014

(Expresso em Dólares)

	<i>Notas</i>	USD 31.12.14	USD 31.12.13
Recebimentos no período:		2 328 309	1 532 884

Doações	6	2 325 244	1 471 436
Pagamentos directos		-	51 000
Outras Receitas	7	3 065	10 448

Pagamentos no período:

Pessoal	8	602 768	607 884
Fornecimentos e serviços de terceiros	9	258 388	188 457
Compra de equipamento	10	10 106	57 429
Despesas com Programas	11	1 266 399	795 099
Custos e perdas financeiras	12	18 912	2 587

Excesso de Receitas/Despesas

2 156 574	1 651 456
171 735	(118 572)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento do disposto nas alíneas A e B do artigo 17 dos Estatutos, examinamos o relatório de gestão da Direcção e as contas do período 1.01.2014 a 31.12.2014, compreendendo estas a Execução Orçamental e a posição Financeira do Centro de Integridade Pública.

A Posição Financeira é representada por USD 204.684 e verificou-se um excesso das receitas sobre as despesas.

De acordo com as disposições estatutárias, o Conselho Fiscal procedeu a reuniões trimestrais, tendo ainda mantido outros encontros pontuais, sempre que as circunstâncias o justificaram no âmbito da análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da evolução do Centro de Integridade Pública, quer no tocante à sua situação financeira, quer ao desenrolar das actividades programáticas, bem como sobre os processos administrativos.

No exercício das suas funções, o Conselho Fiscal acompanhou ao longo do ano as actividades desenvolvidas pela organização e manteve contactos regulares com vista a obter informação de suporte dos

valores constantes dos registos contabilísticos, tendo obtido as informações e esclarecimentos considerados necessários.

Da verificação efectuada aos documentos que serviram de base para os registos contabilísticos e da análise efectuada ao relatório financeiro, o Conselho Fiscal é da opinião que os mesmos satisfazem de um modo geral, as disposições legais e estatutárias e concorda com as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de aparecer que:

- Se aprove a Execução Orçamental e a posição Financeira do Centro de Integridade Pública que vos são apresentadas.

O Conselho Fiscal expressa o seu agradecimento, pela colaboração dispensada, ao Conselho de Direcção, aos diversos responsáveis e demais colaboradores da organização com quem teve a oportunidade de contactar.

Maputo, 19 de Janeiro de 2015

Paula Mabunda

Paula Mabunda
Vogal

Ana Karina Cabral

Ana Karina Cabral
Presidente

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

“Joint Funding Arrangement”

A responsabilidade pela preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira bem como a preparação dos diversos demonstrativos que integram o presente relatório, em conformidade com os princípios de contabilidade geralmente aceites, aplicados de forma consistente entre os exercícios, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados, é da administração do CIP.

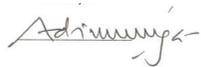
As demonstrações financeiras foram auditadas pelo auditor independente Deloitte & Touche (Moçambique), Lda, aos quais foram disponibilizados todos os registos contabilísticos

do “Joint Funding Arrangement” e respectiva documentação de suporte, assim como todos os contratos, acordos, actas e a correspondência relevante. A opinião do referido auditor independente está apresentada nas páginas 2 e 3.

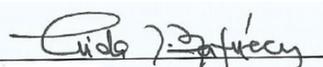
As demonstrações financeiras constantes deste relatório, para o ano findo a 31 de Dezembro de 2014 foram preparadas pelo CIP em base de caixa e de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em associações sem fins lucrativos, aplicados de forma consistente e suportadas por razoável e prudente juízo e estimativas.

A administração é igualmente responsável pela manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. Este é concebido para assegurar uma razoável mas não absoluta certeza sobre a fiabilidade das demonstrações financeiras e para salvaguardar adequadamente os activos da instituição. Os controlos internos são monitorados pela Direcção Executiva e pelos empregados da instituição com a necessária segregação de autoridade e funções. Procedimentos estão implementados para monitorar os controlos internos, identificar fraquezas materiais e implementar as adequadas acções correctivas.

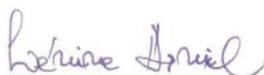
As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo CIP em 19 de Janeiro de 2015 e assinadas pelos seus representantes:



Adriano Nuvunga
Director do CIP



Aida Mafuéua
Administrador do CIP



Lénine Daniel
Contabilista do CIP

Mabeko, Centro de Integridade Pública (CIP)

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ano findo a 31 de Dezembro de 2014

(Expresso em Dólares)

1. Introdução

1.1 Mabeko, Centro de Integridade Pública (CIP)

O Centro de Integridade Pública de Moçambique (CIP) é uma pessoa colectiva de direito privado, dotada de personalidade jurídica, do tipo associação sem fins lucrativos, não partidária, independente, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

A Missão do CIP é a de promover a integridade na esfera pública em Moçambique, através da denúncia da corrupção e de irregularidades, em geral, e da advocacia da consciencialização pública e a favor das boas práticas na gestão do bem comum.

1.2 Financiamento

Foi assinado um Memorando de Entendimento entre Parceiros e o CIP em Abril de 2014, com o objectivo de financiar o Plano Estratégico do CIP de Janeiro de 2014 a Dezembro de 2018.

O financiamento *“Joint Funding Arrangement”* é composto por 6 doadores, nomeadamente: Department For International Development (DFID), Swiss Agency for Development and Cooperation (SDC), Norwegian Ministry of Foreign Affairs (MFA), OXFAM NOVIB Moçambique, IBIS Moçambique e Royal Danish Embassy.

2. Políticas contabilísticas

Os parágrafos seguintes descrevem as principais políticas contabilísticas aplicadas consistentemente ao projecto.

(a) Base de contabilidade

O mapa de despesas foi preparado na base do princípio contabilístico de caixa. De acordo com este princípio, as receitas são registadas quando forem recebidas e as despesas são apenas registadas na data em que os pagamentos forem efectuados. As demonstrações financeiras são preparadas para auxiliar o CIP a providenciar demonstrações financeiras às instituições de financiamento. Como resultado, as mesmas podem ser adequadas para essa finalidade e não para outros fins.

(b) Convenção Contabilística

Os registos contabilísticos são preparados pelo princípio do custo histórico, sem quaisquer ajustamentos subsequentes para reflectir o impacto das mudanças de preços específicos ou a evolução do nível geral de preços.

(c) Equipamentos

As aquisições de equipamentos são registadas como despesas correntes do projecto na data do seu pagamento. Contudo, a organização

mantém um inventário detalhado de todos os equipamentos adquiridos.

(d) Transacções em moeda estrangeira e nacional

A moeda de referência para o registo das transacções é o Dólar

americano. As transacções efectuadas em moeda nacional são convertidas para esta moeda ao câmbio fixo de 31 MT. As diferenças cambiais favoráveis e desfavoráveis são reflectidas nas contas de resultados no período de ocorrência.

3. Saldos bancários a 31 de Dezembro de 2014

Banco	Conta no.	Moeda	Valor origem	USD
Standard Bank, S.A.	1135631061024	USD	206 079	206 079
Standard Bank, S.A.	1135631061008	MT	130 977	3 993
				210 072

4. Adiantamentos concedidos

O saldo desta rubrica se refere ao reembolso ao CIP pelo facto de ter efectuado um pagamento adiantado, no âmbito do retiro institucional entre os dias 2 e 3 de Dezembro de 2014, bem como uma reunião de Planificação do programa de rastreio realizada nos dias 10 e 11 de Dezembro de 2014.

Descrição	31.12.14	31.12.13
Organizações (várias)	965	35 791
Colaboradores	-	11 212
	965	47 003

5. Credores

A rubrica *“Credores”* corresponde aos impostos sobre rendimentos profissionais e a contribuição ao INSS referentes ao mês de Dezembro de 2014.

Descrição	31.12.14	31.12.13
Estado	6 353	21 266
	6 353	21 266

6. Financiamento

Descrição	31.12.14	31.12.13
SDC	553 896	528 102
Norway	750 000	251 197
Oxfam Novib (AGIR)	775 555	397 936
IBIS	245 793	19 000
Embaixada da Dinamarca	-	170 786
Embaixada da Holanda	-	69 930
IREX	-	34 485
	2 325 244	1 471 436

7. Outras receitas

Descrição	31.12.14	31.12.13
Diferenças cambiais favoráveis	3 059	10 432
Outros (Juros de conta a ordem)	6	16
	3 065	10 448

8. Custos com o pessoal

Descrição	31.12.14	31.12.13
Salários & encargos	590 125	595 637
Subsídio de comunicações	3 416	4 462
Subsídio de combustível	9 226	7 785
	602 768	607 884

9. Fornecimento e serviços de terceiros

Descrição	31.12.14	31.12.13
Material de escritório e consumíveis	15 600	14 407
Despesas bancárias	5 631	3 007
Renda do escritório	62 756	53 304
Segurança do escritório	15 262	9 738
Comunicações	21 046	25 408
Água e electricidade	2 607	3 068
Manutenção & reparação do escritório	7 370	2 655
Combustíveis, lubrificantes & manutenção & reparação de viaturas	5 119	8 004
Seguro de viaturas	3 721	3 383
Subscrições	2 498	3 321
Auditoria externa	10 000	18 720
Serviços externos	7 450	14 189
Transversal1: Desenvolvimento Institucional	99 329	29 254
	258 388	188 458

10. Compra de equipamento

Descrição	31.12.14	31.12.13
Viatura - Toyota Hilux	-	55 910
Portáteis	1 394	1 519
Desk Top	6 701	-
Mobiliário de escritório	2 012	-
	10 106	57 429

11. Programas

Descrição	31.12.14	31.12.13
Despesas e receitas públicas	254 742	252 647
Indústria extractiva	254 818	144 999
Parcerias públicas - privadas	113 647	-
Instituições democráticas de controlo e quadro regulador	94 111	-
Eleições	549 080	-
Anticorrupção	-	263 324
Avaliação do plano estratégico	-	63 026
Desenho do plano estratégico	-	29 785

Página de internet ("homepage")	-	5 752
Viagens internacionais	-	9 719
Viagens nacionais	-	7 009
Biblioteca	-	6
Fora do alcance (<i>Out Reach</i>)	-	18 832
	1 266 399	795 099

12. Custos e perdas financeiras

Descrição	31.12.14	31.12.13
Diferenças cambiais desfavoráveis	18 912	2 587
	18 912	2 587

Deloitte.

Mabeko, Centro de Integridade Pública(CIP)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Mabeko, Centro de Integridade Pública de Moçambique (CIP), para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2014, que compreendem a demonstração da posição financeira, a demonstração de recebimentos e pagamentos consolidado, o consolidado por doador e demonstração das contas bancárias existentes, bem como um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas.

Responsabilidades da Direcção pelas demonstrações financeiras

A Mabeko, Centro de Integridade Pública de Moçambique (CIP) é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras em conformidade com as condições prescritas nos acordos de financiamento e de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Moçambique. Esta responsabilidade inclui:

- Concepção, implementação e manutenção do controlo interno relevante para a apresentação apropriada de demonstrações financeiras que estejam isentas de distorções materiais, quer devidas a fraude ou erro;
- Selecção e aplicação de políticas contabilísticas apropriadas; e,
- Elaboração de estimativas contabilísticas que sejam razoáveis nas circunstâncias.

Responsabilidades do auditor

É nossa responsabilidade expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras baseada na nossa auditoria. Conduzimos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem o cumprimento de requisitos éticos, de planeamento e de execução de

auditoria a fim de obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materiais.

Uma auditoria envolve:

- A execução de procedimentos para obter evidências de auditoria sobre os valores e seus detalhes divulgados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devidos a fraude ou erro. Ao fazer essas avaliações de risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras

pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade;

- A avaliação da adequação das políticas contabilísticas usadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela administração;
- A avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras.

Consideramos que a evidência de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

Opinião

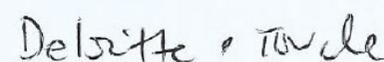
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira e a demonstração de recebimentos e pagamentos da Mabeko, Centro de Integridade Pública (CIP) para o ano findo a 31 de Dezembro 2014, em conformidade com os princípios e critérios contabilísticos geralmente aceites em Associações sem fins lucrativos e o Memorando de Entendimento assinado com os financiadores da Instituição.

Base de contabilidade

Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para Nota 2 às demonstrações financeiras, que

descreve a base de contabilidade. As demonstrações financeiras são preparadas para auxiliar o CIP a providenciar demonstrações financeiras às Instituições de financiamento. Como resultado, as demonstrações financeiras podem ser adequadas para esta finalidade e não para outros fins.

Maputo, 25 de Fevereiro de 2015



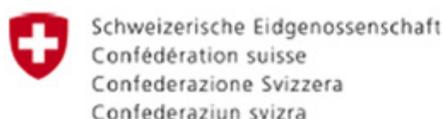
Deloitte & Touche (Moçambique), Lda

Representada por

Aneliya Nikolova

Partner

Parceiros



Swiss Agency for Development and Cooperation SDC

